**Curitibanos, SC, 03 de Agosto de 2014**

**À:**

**Sra. Viviane Esse**

M.D. Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária

**ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres**

**BRASILIA - DF**

**Senhora Superintendente,**

Registramos nossos cumprimentos em nome da **Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures) e Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte)** que representam pautas de interesse dos municípios e sociedade civil organizada estabelecida no perímetro lindeiro à Rodovia BR 116, em Santa Catarina.

A intensa e continuada luta de organização e defesa de pautas de interesse político e social das cidades e população alcançada pela via federal é coordenada pelas Associações de Municípios e alcança temas relacionados à **qualidade de vida da população, segurança, desenvolvimento econômico e mobilidade.** Ao longo dos últimos dois anos, estas demandas geraram diversos documentos, fóruns, reuniões de negociação, listas de reivindicações e intensa mobilização política, com destacada participação dos parlamentares catarinenses, imprensa e sociedade organizada.

Decorreram diversas audiências públicas regionais. Aconteceram inúmeras reuniões entre a mobilização catarinense e representantes da concessionária responsável pela administração da rodovia. Mais tarde, a mobilização alcançou negociações diretas com a direção da ANTT em Brasília e culminou com a constituição da **Comissão Tripartite que durante o ano de 2014 deliberou sobre aspectos de segurança, sinalização e administração de interesses pontuais concernentes à BR 116 em solo catarinense.**

Neste processo de negociação e incorporação dos interesses da sociedade mobilizada e das demandas institucionais dos municípios lindeiros, restaram delimitadas, dentre outros, **demandas estruturais não incorporadas no contrato de concessão vigente e que são fundamentais ao desenvolvimento econômico e à mobilidade.** Constata-se que o atual contexto social exige incorporar temas e demandas relacionados à segurança, ao crescimento das cidades, ao direito dos cidadãos,à justa e necessária qualidade de vida de usuários da rodovia e, firme proteção das milhares de pessoas que são impactadas pela administração da rodovia.

Denominamos estas pautas de **NOVAS DEMANDAS ESTRUTURAIS TANGENTES À BR 116**. São situações constituídas pela sociedade emergente. Constituem-se no bojo de um ambiente econômico e social efervescente que formula demandas e ações não estão previstas no atual contrato de concessão da rodovia. São elementos que não podem ser represados e ou postergadas e justamente por isso precisam ser enfrentados como desafios políticos e técnicos que requerem negociação, planejamento e formulação de estratégias de enfrentamento. É a razão de mais este passo na ação dos signatários, conforme segue:

**1. PLANEJAMENTO DE OBRAS ESTRUTURAIS NA BR 116**

Por reivindicação das Associações de Municípios, ao longo dos últimos meses, efetuou-se levantamento provisório destas demandas estruturais no leito da rodovia catarinense. Estas obras foram sistematizadas pela área técnica da concessionária e constam de documento protocolado junto a ANTT como demandas que requerem estudos técnicos, produção de projetos de engenharia e cronograma de incorporação ao planejamento tangente à rodovia.

**O documento elaborado pela Arteris/Autopista Planaltosul já de conhecimento da direção geral da ANTT exprime, em linhas gerais, estas demandas estruturais de obras de intervenção.**

As Associações compreendem que o estudo de viabilização e formalização de projetos deve assegurar o diálogo público e ampla participação social, com necessária presença da ANTT.

É preciso asseverar a firme incorporação de obras de mobilidade (urbana e rural) ao longo da rodovia, assegurando obras que visem a segurança da população, passarelas de pedestres e plenas condições de mobilidade da população por intermédio de vias vicinais, especialmente nos perímetros urbanos dos municípios.

Os signatários anotam ainda que se faz necessário elaborar estudos de impacto econômico derivados das obras demandas. É direito da sociedade participar da constituição das estratégias que solverão as demandas não previstas no atual contrato de concessão. Resta assim anotada a preocupação desta mobilização sobre a forma de execução e a responsabilidade financeira sobre tais obras. Há diversos caminhos: **incorporar os custos ao contrato com conseqüente aumento de tarifas ou negociar recursos orçamentários à sua realização**. O tema exige a participação da sociedade catarinense.

**2. TERMO DE ACORDO DE CESSÃO GRATUITA DO FRESADO**

A pauta identificada neste item é de interesse e repercussão imediata e direta na vida das cidades lindeiras.

As signatárias requerem que a ANTT, na condição de responsável final pela administração da concessão rodoviária, **AUTORIZE** a Arteris/Autopista Planalto Sul a continuar efetuando **a doação do fresado (resíduo) derivado das intervenções de conservação e reposição da malha asfáltica da rodovia aos municípios lindeiros à BR 116.**

Os municípios propõe-se a ajustar termo de acordo e parceria fixando a co-participação dos municípios na colocação do material nas vias vicinais à rodovia, estabelecendo, inclusive, termo de delimitação de obrigações mútuas, especialmente a responsabilidade dos entes municipais pela manutenção das vias laterais, sem obrigação derivada à concessionária.

Este tema assim se justifica:

A já habitual cessão do fresado aos municípios lindeiros é de relevante interesse público e grande benfazejo aos municípios que encontram nesta parceria uma forma de qualificar a malha viária urbana, beneficiando milhares de cidadãos. O benefício é de grande impacto social e beneficia diretamente a população e a qualidade de vida, especialmente nos períodos chuvosos e frios. A cedência do material é uma ação de parceria e colaboração que une interesse das administrações e lideranças políticas e sociais. Seu alcance é motivo de satisfação e a sua manutenção é reivindicação geral.

**Nada mais justo e adequado que a cessão deste material de propriedade do ente federal ao benfazejo direto da população residente nos municípios.**

Mediante o presente documento, os infra representados indicam suas demandas centrais para avançar na gestão da concessão, cumprindo com seu papel de incorporar os interesses e necessidades da população impactada pela BR 116. Requeremos celeridade nos estudos técnicos e planejamentos necessários. As Associações de Municípios assinalam-se como parceiras para mais esta empreitada.

**Com protestos de estima e elevado apreço.**

**Sisi Blind**

**Presidenta da Amurc**

**Associação dos Municípios da Região do Contestado**

**Aldomir Roskamp**

**Presidente da Amplanorte**

**Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense**

**Vânio Forster - Prefeito de Correia Pinto**

**Representante da Amures**

**Associação dos Municípios da Região Serrana**